



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2250 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 08 - Formação de Professores

PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE POLIVALÊNCIA

Vanda Moreira Machado Lima - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Projeto do Núcleo de Ensino PROGRAD/UNESP

Em nossas vivências em 2017 numa escola pública municipal, mediante o Projeto do Núcleo de Ensino PROGRAD/UNESP agregamos momentos de aprendizagens significativas e enriquecedoras para a nossa formação profissional. Fundamentado nesse projeto apresentamos este artigo que visa refletir sobre o professor dos anos iniciais enfatizando o conceito de polivalência. O desenvolvimento do projeto priorizou os princípios da pesquisa qualitativa, que proporciona ao pesquisador repensar suas teorias e rever suas certezas, com o intuito de pensar na transformação da realidade, além de utilizarmos a pesquisa bibliográfica e observações na escola parceira. Constatamos que nossa legislação nacional e estatual silenciam-se em relação à questão do professor dos anos iniciais lecionarem diferentes disciplinas. As fragilidades de formação no curso de Pedagogia são diversas, mas ressaltamos a necessidade de maior articulação entre universidade e escola, assegurando a indissociabilidade da teoria e prática e a reflexão sobre a polivalência e projetos interdisciplinares.

PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE POLIVALÊNCIA

CPF 136.656.588-61

RESUMO

Em nossas vivências em 2017 numa escola pública municipal, mediante o Projeto do Núcleo de Ensino PROGRAD/UNESP agregamos momentos de aprendizagens significativas e enriquecedoras para a nossa formação profissional. Fundamentado nesse projeto apresentamos este artigo que visa refletir sobre o professor dos anos iniciais enfatizando o conceito de polivalência. O desenvolvimento do projeto priorizou os princípios da pesquisa qualitativa, que proporciona ao pesquisador repensar suas teorias e rever suas certezas, com o intuito de pensar na transformação da realidade, além de utilizarmos a pesquisa bibliográfica e observações na escola parceira. Constatamos que nossa legislação nacional e estatual silenciam-se em relação à questão do professor dos anos iniciais lecionarem diferentes disciplinas. As fragilidades de formação no curso de Pedagogia são diversas, mas ressaltamos a necessidade de maior articulação entre universidade e escola, assegurando a indissociabilidade da teoria e prática e a reflexão sobre a polivalência e projetos interdisciplinares.

Palavras Chave: Polivalência. Formação Inicial. Professor dos Anos Iniciais.

Agência financiadora: PROGRAD/UNESP

INTRODUÇÃO

Há uma parceria desde 2011 entre a universidade e uma escola pública municipal de Ensino Fundamental do interior do Estado de São Paulo. Acreditamos que as pesquisas educacionais desenvolvidas nas universidades públicas deveriam ter a escola pública como ponto de partida e de chegada, ou seja, os resultados de nossas pesquisas deveriam beneficiar de algum modo à escola pública.

Neste projeto priorizamos os princípios da pesquisa qualitativa, que proporciona ao pesquisador repensar suas teorias e rever suas certezas, com o intuito de pensar na transformação da realidade. A pesquisa qualitativa tem como principal preocupação a compreensão dos fenômenos sociais, crenças e concepções de sujeitos investigados e a interpretação que estes atribuem a um determinado fenômeno. Utilizamos a pesquisa bibliográfica que “consiste na seleção de obras que se revelem importantes e afins em relação ao que se quer conhecer” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 28), para construir um suporte teórico e fundamentar nossas ações na escola parceira. As observações desenvolvidas pela bolsista do projeto na escola parceira, sendo uma vez por semana no ano letivo de 2017, fundamentaram a redação desse artigo.

Neste artigo, apresentamos as reflexões desenvolvidas no projeto sobre o professor dos anos iniciais enfatizando o conceito de polivalência.

POLIVALÊNCIA E PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS

Ao longo da história, o professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental sujeito central nesse projeto recebeu diferentes identificações, mas enfatizamos a expressão “professor polivalente”.

Na conjuntura atual do mundo do trabalho, observa-se, de um lado, a defesa entusiasmada da *polivalência*, requisitada pelo discurso neoliberal no período pós-crise do capitalismo, que foi entendida como atributo do trabalhador contemporâneo, adaptado a contextos diversos e possuidor de competências múltiplas que lhe permitem atuar em diferentes postos de trabalho e em diferentes áreas, agregando, assim, a eficiência e o aumento da produtividade, pautados pela flexibilização funcional. Por outro lado, desenvolve-se um movimento que se caracteriza pela crítica ao trabalhador polivalente e sua formação com base na ideia do trabalhador politécnico. Esse movimento inspira-se em correntes marxistas e tem gerado novos debates e novas propostas no campo educacional, orientando o ensino para um posicionamento crítico às atividades produtivas baseadas nos fundamentos da ciência. (CRUZ; BATISTA NETO, 2012).

Na análise da legislação educacional, o termo polivalente se faz presente no Parecer CNE/CEB nº 16/99 (BRASIL, 1999) que estabelece que as competências dos cursos de ensino profissionalizante, entre outras finalidades, devem objetivar uma polivalência profissional que permite “ao profissional transcender a fragmentação das tarefas e compreender o processo global de produção, possibilitando-lhe, inclusive, influir em sua transformação” (BRASIL, 1999, p. 37). Verifica-se a necessidade de um “[...] novo perfil de trabalhador que deve ser polivalente e multifuncional, possuidor de comportamento e atitudes - coquetel individual - capazes de levá-lo a agir com autonomia. (BRASIL, 1999, p. 37).

Compreendemos que a polivalência evidencia a presença do discurso neoliberal; entretanto, a expressão “professor polivalente” se faz significativa no chão das escolas públicas municipais do interior do estado de São Paulo.

Subsidiados por Cruz e Batista Neto (2012), buscamos analisar a polivalência nas salas de aulas dos anos iniciais no processo de escolarização formal, enfatizando alguns elementos, como:

- *Relação professor e aluno*: nesta perspectiva, a polivalência garantiria a formação de uma pedagogia global que objetiva atender tanto às necessidades e interesses do aluno como incentivar o professor a perceber os conhecimentos de maneira integral. O fator tempo seria um facilitador, uma vez que o professor teria um período maior de contato com os alunos, identificando assim as suas particularidades e realizando a retomada de conteúdos ainda não apreendidos.

- *Especialização e generalização*: referimo-nos a uma tensão, entre a busca por uma especialização em relação às áreas de conhecimento do currículo básico da escolarização inicial e a defesa da formação e atuação geral de um único professor no ensino das diferentes áreas. (CRUZ; BATISTA NETO, 2012). A tensão se intensifica ao compararmos a formação dos professores que atuam nos anos iniciais com a daqueles que atuam nos anos finais e no Ensino Médio.

- *Polivalência oficial e real*: verificamos que se, por um lado os documentos oficiais se silenciam sobre a polivalência real, visto que o currículo oficial dos anos iniciais se constitui por sete disciplinas, por outro lado, no interior das escolas públicas, os professores vivenciam a polivalência real, sem muita clareza de como debater essa condição presente em sua profissionalidade. Inclusive apontam a dificuldade em elaborar sete planos de ensino anualmente para cada disciplina.

- *Interdisciplinaridade*: termo que se faz presente nos documentos oficiais como uma necessidade de formação, sua compreensão, contudo, não é clara aos professores que atuam nos anos iniciais. Além disso, percebemos a valorização de algumas disciplinas, em detrimento de outras, principalmente quando consideradas as avaliações externas, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

A denominação de polivalente se refere a esse profissional e marca sua atuação desde as origens da Escola Normal de Ensino Médio, nos finais do século XIX, cuja finalidade era formar o professor para ensinar as disciplinas básicas: língua portuguesa (alfabetização), história, geografia, ciências e matemática. Essa denominação não aparece mais na legislação brasileira, entretanto “permanece a finalidade de formar professores para lecionar essas disciplinas básicas dos anos iniciais, e na realidade escolar brasileira os professores continuam atuando como polivalentes” (PIMENTA, et al., 2017, p. 24).

Compreendemos o professor polivalente não apenas como um profissional que resulta do somatório destas diferentes áreas do conhecimento ou mesmo a junção de sete disciplinas geralmente ministradas de modo fragmentado. Ser professor polivalente significa ser, estar e sentir-se polivalente, compreender a essência dessas áreas e disciplinas e

lecioná-las articulando-as para a formação integral do estudante de 6 a 10 anos de idade. Significa apropriar-se dos conhecimentos básicos das disciplinas que compõem atualmente a base nacional comum curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental desenvolvendo o processo de ensino e aprendizagem. O professor polivalente representa o profissional com múltiplos saberes, capaz de transitar com propriedade e conhecimento em diferentes áreas e articulá-las de modo a desenvolver uma formação integral do ser humano que se constitui de várias dimensões. Consideramos a discussão sobre a polivalência algo relevante para a atuação e a formação do professor dos anos iniciais da escola pública (CRUZ; BATISTA NETO, 2012; LIMA, 2007).

Entretanto, essas discussões estão ausentes no curso de formação inicial desse profissional, o curso de Pedagogia. Estudos recentes têm evidenciado as fragilidades do curso de Pedagogia, como aligeiramento de conteúdos; pouco tempo para diversas formações (professor, gestor escolar e não escolar); desarticulação teoria e prática; inadequação da proposta de estágio supervisionado; predomínio da dimensão teórica em detrimento das práticas; ensino idealizado de aluno/escola e professor/ensino, desvinculado da realidade prática de nossas escolas; pouca experiência dos professores universitários com o Ensino Fundamental; distanciamento das instituições de formação com as escolas, futuro espaço de atuação docente; concentração dos cursos em instituições privadas; agigantamento das matrizes e diversidade de disciplinas; formação ampla, dispersa e fragmentada, entre outros. (GATTI; NUNES, 2009; LEITE; LIMA, 2010; LIBÂNEO, 2006, 2017; LIMA, 2003, 2007, 2017; PIMENTA et al., 2017; entre outras).

No Brasil, ao longo da história, temos buscado construir uma integração, mesmo que apenas legalmente, no Ensino Fundamental. A ideia de integração do Ensino Fundamental se faz presente em nossa legislação, embora se constate o distanciamento entre os anos iniciais e os finais em vários aspectos como, por exemplo, o currículo escolar, a formação docente, as condições de trabalho, os planos de carreiras; enfim, no contexto da atuação docente e na formação inicial.

Nota-se que a divisão entre professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental sempre esteve presente em nossa

[...] tradição, lamentável tradição, os profissionais do Ensino Fundamental continuam separados em duas categorias bastante distintas em seus perfis. De um lado, os professores (em sua grande maioria professoras) de 1ª a 4ª, antigo primário, com culturas, perfis, saberes, status, salários, carreiras, níveis de titulação e autoimagens próprias. De outro lado, os professores e professoras licenciados (as) de 5ª a 8ª, antigo ginásio, distantes em tudo das professoras de 1ª a 4ª e mais próximos dos mestres do Ensino Médio. (ARROYO, 2000, p. 97).

No caso dos municípios do interior paulista, essa distância se amplia em virtude de que, geralmente, a escola pública dos anos iniciais está sob a responsabilidade do governo municipal e das secretarias municipais de educação enquanto que os anos finais ficam sob a responsabilidade do governo estadual, após o processo de municipalização que ocorreu no ano de 1996, principalmente no estado de São Paulo.

Enfim, infelizmente constata-se que no Brasil

[...] no âmbito da formação de professores, um estranho paradoxo. Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que precisam dominar conhecimentos e metodologias de conteúdos muito diferentes, como português, matemática, história, geografia, ciências e, às vezes, artes e educação física, não recebem esses conteúdos específicos em sua formação, enquanto os professores dos anos finais, preparados em licenciaturas específicas, passam quatro anos estudando uma só disciplina, aquela em que serão titulados. (LIBÂNEO, 2017, p.70).

Na pesquisa de Pimenta e Fusari (2014) constatou-se que os “*Conhecimentos integradores*”, definidos com o objetivo de identificar nos cursos perspectivas de organização curricular integradora e/ou interdisciplinar, foram encontrados em um índice baixo, o que mostra a prevalência nos cursos investigados da perspectiva disciplinar fragmentada. Observamos a quase inexistência de uma organização curricular nos cursos de Pedagogia que agreguem as áreas de conhecimento por meio de projetos integradores em que os estudantes do curso de Pedagogia possam dialogar, na futura prática profissional, com as aprendizagens construídas nas diferentes disciplinas. A ausência dessa organização curricular com tais características, nos cursos de Pedagogia, acaba por transferir ao estudante, futuro professor, uma ação inerente do professor polivalente que é a integração entre as áreas de conhecimentos, oriundas de diferentes saberes (PIMENTA et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma educação de qualidade, a qual é direito de todos os sujeitos, se faz necessário professores com uma formação inicial qualificada e sólida, assim como o participação em momentos de formação continuada, além de adequadas condições de trabalho nas escolas públicas. No caso dos professores polivalentes dos anos iniciais paulista, verifica-se a necessidade de políticas públicas na esfera municipal, visto que a maioria das matrículas nessa faixa etária centra-se nos municípios.

Faz-se urgente enfrentar a complexidade da docência e os inúmeros desafios de ser professor em nosso país no que se refere à formação e as condições reais de trabalho, afinal a

[...] a qualidade do trabalho pedagógico está diretamente ligada à condições como salário, jornada de trabalho, equipamentos didáticos,

entre outras, e se, tais condições só podem ser asseguradas mediante pressão organizada dos professores [...] abster-se de participar das lutas sindicais é, na prática, consentir que o ensino seja empobrecido, barateado. Revela, no fundo, um descompromisso (consciente ou não) com a qualidade do ensino. (SILVEIRA, 1995, p. 29).

A aproximação entre a universidade e a escola é essencial nessa busca pelo direito de uma educação de qualidade, ou seja, faz-se necessário uma articulação entre o espaço de formação e o espaço de atuação profissional dos professores, para alcançarmos a tão almejada indissociabilidade teoria e prática. Essa articulação se faz presente na legislação educacional sobre formação de professores, principalmente em relação ao estágio. Contudo não sabemos como as instituições formadoras e as próprias redes municipais atuarão na construção dessa parceria.

Discutirmos e debatermos a polivalência na formação e atuação do professor dos anos iniciais é uma necessidade urgente. Afinal, devemos refletir se queremos continuar formando um professor no curso de Pedagogia em disciplinas fragmentadas, que atuará nas escolas públicas em sete disciplinas fragmentadas. Por que continuar com uma proposta curricular do ciclo I do Ensino Fundamental fragmentada em sete disciplinas? Como avançar nessa discussão? Proponho um debate a partir da polivalência oficial e real, considerando a formação inicial no curso de Pedagogia e a atuação desses professores nas escolas municipais.

Mesmo diante os dados apresentados defendemos para o professor polivalente dos anos iniciais uma formação em nível superior qualificada e, se possível, proporcionada pelas universidades. Afinal conforme Lima (2003) a universidade se destaca por propiciar quatro espaços de formação inicial ao futuro professor:

1. *espaço acadêmico*: atividades da sala de aula, na interação professor e aluno, na construção do conhecimento subsidiado por leituras, debates, discussões, reflexões essenciais a uma docência qualificada;
2. *espaço da pesquisa*: participação em grupos de pesquisa e projetos de extensão, desenvolvimento de pesquisas que propiciam além de reflexões sobre o “chão da escola”, a participação em eventos científicos que são momentos de partilha, de troca de ideias, de socialização dos resultados da pesquisa com outros pesquisadores e universitários;
3. *espaço cultural* de vivências culturais, além da possibilidade de participar e organizar momentos que proporcionam formação cultural, ampliando a visão educacional e tornando-a mais humanizadora e crítica;
4. *espaço político* na atuação de colegiados como: Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, conselhos diversos (Curso, Departamento, Conselho Municipal de Educação e outros) que auxilia na atuação coletiva na escola, no trabalhar com os outros, no representar um grupo, além de possibilitar compreender que os problemas educacionais não se resolvem apenas no âmbito da escola, mas existem outros espaços que interferem diretamente no seu espaço de atuação profissional. (LIMA, 2003).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 16/1999**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 nov. 1999.

CRUZ, S. P. S.; BATISTA NETO, J. A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica: refletindo sobre experiências de pesquisas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 385-499, maio-ago. 2012.

GATTI, B. A; NUNES, M. M. R. (Org.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

LEITE, Y. U. F.; LIMA, V.M.M. Cursos de Pedagogia no Brasil: o que dizem os dados do Inep/MEC? **Ensino em Revista**: Dossiê Formação de Professores, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 69-93, jan./jun. 2010.

LIBÂNEO, J. C. A formação de professores no curso de Pedagogia e o lugar destinado aos conteúdos do Ensino Fundamental: que falta faz o conhecimento do conteúdo a ser ensinado às crianças? In: SILVESTRE, M.A.; PINTO, U.A. (Orgs.) **Curso de Pedagogia**: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-78.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação

profissional de educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876, out. 2006.

LIMA, V. M. M. **Formação do professor polivalente e saberes docentes na escola pública** 2007. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, V. M. M. **Curso de Pedagogia: espaço de formação de professor como intelectual crítico- reflexivo?** 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T. A **O processo de Pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 109.

PIMENTA, S. G. et al. Os cursos de Licenciatura em Pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente. In: SILVESTRE, M.A.; PINTO, U.A. (Orgs.) **Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 23-48.

PIMENTA, S. G.; FUSARI, J. C (et all). **A formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: análise dos currículos dos cursos de Pedagogia de instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo. Relatório Técnico de Pesquisa. São Paulo, 2014. Mimeografado.

SILVEIRA, R. J. T. O professor e a transformação da realidade. **Nuances - Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 21-30, set. 1995.